



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE

N.º 30 — 2.ª SÉRIE SETEMBRO DE 1973 PREÇO \$50

RENDEIROS DE ALMEIRIM LUTAM PELA TERRA

Ameaçados de serem expulsos das terras que há quase 90 anos eles e suas famílias vêm trabalhando e fertilizando, centenas de rendeiros de Almeirim realizaram várias reuniões onde decidiram fazer um abaixo-assinado exigindo do Governo medidas para que continuem na posse da terra.

Esse documento, dirigido a Marcelo Caetano e que será também entregue ao presidente da Câmara local, já recolheu largas centenas de assinaturas.

São mais de mil os rendeiros atingidos pela ameaça de expulsão das terras que há 87 anos eram matos incultos e foram desbravadas pelos seus pais e avós e transformadas por eles em terras férteis cuja produção (vinho, cereais, fruta, etc.) se tem traduzido em benefício económico e bem estar geral de toda a população e da região. Os proprietários desses 990 hectares que se situam na região chamada do Casal Velho e

Gafinheira, do concelho de Almeirim, querem agora expulsá-los e já o fizeram a vários rendeiros sem lhes concederem a mínima indemnização. Cometem esta revoltante injustiça baseando-se num logro em que fizeram cair, há cerca de 19 anos, os arrendatários. Estes, na maioria analfabetos, foram levados a assinar um papel de contrato em que perdiam o direito às benfeitorias. Foram enganados com a promessa dos donos das terras de arrendamentos sucessivos.

Entretanto, as rendas foram aumentadas atingindo preços exorbitantes. Por exemplo: explorações de 1,5 hectares passaram de 2.500\$00 para 9.000\$00 e as de 2,5 hectares passaram de 4.272\$00 para 15.875\$00, no último arrendamento efectuado em 1970 a terminar em Outubro de 1975. Tanto os que pagaram o aumento como os que se recusaram a fazê-lo estão agora ameaçados de ex-

(continua na pág. 4)

POR UMA GRANDE CAMPANHA POLÍTICA DE MASSAS

(pela liberdade, pelo fim da guerra colonial, por uma vida melhor)

Este é o título dum extenso documento aprovado na última reunião do Comité Central do Partido Comunista Português, publicado no n.º de Agosto do jornal «Avante!».

É um documento que, analisando a situação internacional e nacional, indica ao povo português o caminho a seguir, quer para melhorar a situação das mais vastas camadas populares, quer para abreviar o fim das guerras coloniais, a conquista das liberdades democráticas e o derrubamento do regime fascista. Trata-se, portanto, de um documento da mais alta importância para todo o Povo, um documento que todos os camponeses conscientes devem procurar ler e divulgar. Pedi, pois, aos vossos amigos operários que vos forneçam o «Avante!» de Agosto.

A CONCORRÊNCIA DOS GRANDES ESMAGA O PEQUENO AVICULTOR

**GES
PCP**

Mais de 1000 pequenos agricultores que se dedicam à produção de frangos e ovos de consumo subscreveram uma exposição dirigida ao Secretário de Estado da Agricultura, reclamando urgentes medidas legislativas para proteger a pequena avicultura ligada à agricultura da concorrência desenfreada das grandes empresas capitalistas do ramo, desligadas da agricultura.

O abaixo-assinado circulou nos concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela, S. Pedro do Sul, Tondela, Nelas, Viseu, Santa Comba Dão e Mortágua, onde é muito intensiva a produção de frangos e ovos. Houve freguesias onde o texto da exposição foi discutido em reuniões com várias dezenas de camponeses, sendo depois recolhidas as assinaturas.

Os pequenos avicultores expõem que a concorrência por parte de capitalistas que, não sendo agricultores, encaram a actividade como mero investimento de capital, coloca em desvantagem os pequenos produtores. As suas explorações avícolas situam-se longe dos grandes centros de consumo — áreas de Lisboa e Porto — que são ao mesmo tempo portos de desembarque das matérias primas para o fabrico de rações, o que obriga a um aumento de encargos de transporte, quer das rações ou seus componentes, quer dos produtos (frangos e ovos) para os centros de consumo. O mesmo não acontece com os grandes aviários capitalistas que, desligados da agricultura, se situam na peri-

feria dos grandes centros.

Apresentando pormenorizadas contas, os agricultores concluem que essa desvantagem de localização das suas explorações os leva a suportar um encargo adicional de \$91,4 por cada quilo de frango vivo e de \$15 por cada quilo de ovos, colocados nos mercados de Lisboa e Porto. Posto isto, afirmam: « Se não forem tomadas medidas que possam corrigir esta situação, a avicultura ligada à agricultura deixará de ter viabilidade económica e desaparecerá, agravando ainda mais, desse modo, as precárias condições dos agricultores ».

Tratam a seguir doutro problema, que é o das crises cíclicas de excesso de produção que têm mostrado uma tendência clara para se prolongarem. A situação do mercado é por isso favorável à intensificação da luta entre as grandes unidades de produção localizadas junto dos grandes centros e com forte apoio financeiro e as pequenas unidades ligadas à agricultura e dispersas pela província.

Alegam os signatários da exposição que, se até agora os seus pequenos aviários têm conseguido sobreviver, é porque têm produzido melhor mercadoria em especial no que se refere a frangos de carne e por isso têm lutado com alguma vantagem no mercado, não obstante a sua situação de inferioridade quanto a custos de transporte. Mas as grandes unidades de produção têm condições para conseguir um maior aperfeiçoamento técnico (solução do problema da grande densidade de aves por hectare) eliminando assim a ligeira vantagem dos pequenos aviários, quanto a qualidade.

« Deste modo (dizem os pequenos produtores) a situação actual está a desencadear no sector da avicultura uma dura luta de concorrência entre as grandes unidades e as pequenas unidades ligadas à agricultura. Não é difícil de prever quem sairá vencedor. Serão, naturalmente, aqueles que tiverem menores encargos de transportes e que tiverem maior resistência financeira, is-

RADIO PORTUGAL LIVRE

Transmite diariamente em três períodos de emissão:

Das 8 as 8,50 horas em 19, 20, 20,8 e 25 metros.

Das 19 às 21 horas em 19 e 25 metros.

Da meia noite e 20 à meia noite e 50 minutos em 25, 26, 32 e 36 metros.

Aos domingos transmite ainda das 15 horas às 15,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

(continua na pág. 4)

PARTICIPAÇÃO ACTIVA NA CAMPANHA « ELEITORAL » !

Nos números de Julho e Agosto chamamos já a atenção para o significado da próxima mascarada eleitoral e para a necessidade de aproveitarmos a abertura que o período « eleitoral » nos proporciona, quer para organizarmos reuniões de agricultores nas quais se debatam os nossos problemas, se formulem as nossas reivindicações e se elejam Comissões Camponesas ou de agricultores capazes de lutar até à vitória por tais reivindicações; quer para apoiarmos o Movimento Democrático cujos objectivos imediatos (fim da guerra colonial; luta contra o poder absoluto do capital monopolista; conquista das liberdades democráticas) correspondem aos interesses vitais de todo o povo e, portanto, também aos nossos.

Neste artigo queremos sobretudo chamar a atenção para o que certamente irá ser o aspecto central da propaganda demagógica do Governo junto dos camponeses durante a próxima campanha eleitoral. Os propagandistas do Governo irão dizer que o seu objectivo é « promover o desenvolvimento da agricultura ». A verdade, porém, é que o Governo fascista não está, nem nunca esteve, interessado no desenvolvimento da agricultura. No passado, a política agrária do Governo fascista visou, fundamentalmente, a protecção dos interesses dos grandes latifundiários. Hoje visa, sobretudo, o aumento da rentabilidade das explorações agrícolas capitalistas. A estes, sim, está o Governo interessado em ajudar com todas as facilidades e auxílios financeiros para que empreguem a mecanização e métodos modernos na exploração das suas terras, ampliadas graças à ruína e expulsão dos pequenos proprietários e rendeiros. Por isso, todas as medidas governamentais na agricultura têm igualmente por objectivo a espoliação dos pequenos e médios agricultores em proveito da concentração da terra nas mãos dos grandes proprietários e sociedades capitalistas que desejam adquirir terras a baixo preço. A chamada « crise crónica » da agricultura portuguesa é fundamentalmente a expressão e o resultado desta política de arruinamento das vastas camadas dos camponeses de Portugal.

Enfim, quando os propagandistas do Governo nos vierem falar em « promover o desenvolvimento da agricultura », não nos deixemos enganar. O que eles escondem com essas palavras é: promover a obtenção de grandes lucros pelas sociedades e proprietários capitalistas, e promover a ruína dos pequenos e médios agricultores.

ALBERGARIA-DAS-CABRAS EXIGE OS SEUS BALDIOS

Os camponeses das freguesias de Cabreiros e de Albergaria-das-Cabras (do concelho de Arouca) enviaram abaixo-assinados ao presidente do Conselho exigindo a devolução dos terrenos baldios ocupados pelos Serviços Florestais, como noticiamos no nosso n.º anterior.

Hoje vamos referir-nos a alguns aspectos da exposição de Albergaria-das-Cabras, discutida em várias reuniões do povo da freguesia e assinada pela população em peso. Datado de Junho de 1973, este abaixo-assinado refuta em termos enérgicos a resposta que tinha sido dada pelo Governo a uma anterior exposição da freguesia de meados de 1970. Dizia o Governo « que têm sido salvaguardados em absoluto os interesses das populações serranas » e especialmente desta freguesia. Responde o povo: « Ora, como somos nós que estamos em causa, só nós é que podemos manifestar se os nossos interesses são respeitados ou não ». E segue-se então a explicação dos prejuízos causados aos camponeses pelos famigerados S.F., o principal dos quais foi uma tremenda diminuição das cabeças de gado da freguesia, pelo roubo dos terrenos baldios de pastagens naturais. As pastagens artificiais não conseguiram substituir aquelas, sem falar na repressão e multas constantes a que passou a ficar sujeita a actividade do pastoreio.

Assim, exigem a restituição duma área demarcada indispensável para que todas as famílias possam apascentar os gados suficientes para a sua auto-subsistência.

RENDEIROS DE ALMEIRIM LUTAM PELA TERRA

(continuação da pág. 1)

pulsão sem qualquer indemnização, no fim do contrato, por não renovação do mesmo.

Depois de tanto trabalho de várias gerações, os rendeiros sentem uma profunda revolta, não só por serem esbuhados de terras que o seu suor fizera suas, mas também por verem as que já foram expropriadas e eram tão férteis transformadas hoje em baldios e por assistirem a barbaridades como o corte de 1500 cepas com uva em meia criação, como fez um dos proprietários.

Convictos da força da sua razão, os rendeiros terminam a sua exposição ao Presidente do Concelho dizendo:

«Protestamos contra a injustiça dos donos da terra e solicitamos a V.Ex^a que tome medidas no sentido de continuarmos na posse da terra e que sejam concedidas indemnizações ou de preferência o regresso à terra dos que já foram expropriados. Temos o direito de não permitir que nos lancem na miséria e que nos arranquem o que para nós conta tanto na vida — a Terra.»

A terra para quem a trabalha!

O caso dos rendeiros de Almeirim, tal como a situação de milhares e milhares de pequenos rendeiros e assalariados agrícolas e dos camponeses que possuem lotes de terra insuficientes para a sua subsistência, são exemplos gritantes da justiça e da urgência de levar à prática a palavra de ordem do P.C.P.: «A terra para quem a trabalha!» Esta palavra de ordem expressa a necessidade imperiosa duma Reforma Agrária que entregue a terra, hoje em poder dum pequeno número de grandes proprietários e sociedades agrícolas, aos assalariados rurais e aos camponeses pobres. Com uma tal Reforma só terão a perder os grandes agrários e capitalistas e terá a ganhar toda a população trabalhadora dos campos.

A realização da Reforma Agrária que inclui também toda uma série de medidas que beneficiarão directamente todos os que trabalham a terra, só será possível com o derubamento do Governo fascista e a subida ao Poder dum Governo democrático e popular.

A CONCORRÊNCIA DOS GRANDES ESMAGA O PEQUENO AVICULTOR

(continuação da pág. 2)

to é, as grandes unidades.»

A exposição justifica em seguida, com pormenorizada argumentação, as medidas propostas que em resumo são as seguintes:

(a) — Deve criar-se um sistema de controlo da produção de produtos avícolas com base na regularização da produção de pintos do dia;

(b) — Deve ser proibida a criação de novas unidades de produção avícola desligadas da agricultura, assim como a ampliação das já existentes;

(c) — Deve ser posto um limite ao tamanho das unidades de produção avícola ligadas directamente à agricultura de 12000 aves (frangos ou galinhas) independentemente da área de que cada agricultor seja proprietário (salvo no que se refere às cooperativas e associações de agricultura de grupo e que não deverão também ultrapassar o produto de 12000 aves pelo número de associados efectivos de cada cooperativa ou associação).

Afirmam os signatários que se impõe que estas medidas sejam tomadas com urgência pelo Governo. Este não pode deixar que uma actividade económica tão importante como já é hoje em Portugal a da avicultura evolua exclusivamente de acordo com as leis do mercado; tem que ter em consideração as grandes vantagens sociais que resultam para a população agrícola da produção, em pequenas unidades, de frangos e ovos de consumo.

Apelo aos avicultores

À avicultura, ligada às pequenas explorações agrícolas, se deve a salvação de muitas destas duma ruína iminente. Assim, todos os pequenos avicultores, de Norte a Sul do país, têm o mesmo interesse que os signatários desta exposição em que sejam rapidamente adoptadas as medidas propostas. Todos deveriam, pois, apoiar estas reclamações, seja com telegramas, seja com abaixo-assinados como o que acabamos de citar e foi subscrito por mais de 1000 colegas seus.